



Multidão nas ruas: notas sobre um debate

Crowd on the streets: notes about a debate

Alex Sander - Graduado em Ciências Sociais e Mestrando em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: alexanderbr@bol.com.br

Resumo

O objetivo do presente texto é sugerir algumas linhas de interpretação e compreensão do evento que perpassa a sociedade Brasileira na atual conjuntura. Em um primeiro momento registra-se que as atuais manifestações representam um desafio teórico e metodológico para as ciências sociais; em um segundo momento apresenta-se variáveis “internas” e “externas” que criaram as condições para deflagração das manifestações e levantes nacionais e, por fim, tenta-se sugerir que a Multidão nas ruas nacionais se apresenta como um elo do ciclo de lutas e resistências globais, implicando para o bem ou para o mal, em transformações significativas da relação entre Estado e Sociedade.

Abstract

The aim of this text is to suggest some lines of interpretation and understanding of the event that permeates the Brazilian society in the current situation. In a first moment records that the current demonstrations represent a theoretical and methodological challenge for the social sciences; In a second moment it presents variables "internal" and "external" that created the conditions for triggering the demonstrations and riots national and, finally, it attempts to suggest that the Crowd in the streets national presents itself as a link of the cycle of struggles and global resistances, implying for good or for evil, in significant transformations in the relationship between State and Society.

Palavras-chave

Multidão, crise de representação, outra política.

Keywords

Crowd, crisis of representation, another policy.

INTRODUÇÃO

Certamente precisaremos de mais tempo para compreender com mais nitidez a natureza e as implicações desse evento, no entanto, não poderia renunciar da obrigação de realizar uma reflexão sobre o evento que perpassa a sociedade brasileira e que forjou um ambiente de perplexidade; deixou políticos sem respostas, intuições políticas sem orientação e intelectuais inquietos diante da emergência insuspeitada do fenômeno. A intenção é, portanto, indicar algumas linhas – ainda que precárias – de interpretação e compreensão do fenômeno, para além das simplificações e moralizações que surgem no debate.

Redes e Ruas: Desafio teórico-epistemológico para as Ciências sociais.

De repente “as ruas se tornaram a principal arquibancada do Brasil” não para assistir jogos, mas para deflagrar manifestações e revoltas contra a condição de existir no “inferno urbano” e tudo que direta e indiretamente o engendrou; “tudo o que está aí”.

Novos sujeitos e ações coletivas entram em cena e a rapidez da ocorrência tem relação direta com os movimentos e lógicas operadas nas redes sociais, componente até então desprezados por boa parte dos políticos e visto com reservas pelos intelectuais. A novidade do irromper de mobilizações e protestos agenciadas pela internet não se apresentou como desafio privilegiado aos poderes instituídos, governos (que inicialmente se fecharam ao diálogo e optara pela repressão policial), partidos, sindicatos, e movimentos sociais tradicionais foram igualmente impactados, de forma que se desestabilizou os quadros mentais e cognitivos usuais para explicar movimentos sociais urbanos. O ambiente de novidade evidenciou certa incapacidade explicativa para os analistas em geral, o que representou grande desafio para as ciências sociais , trazendo a tona limites metodológicos e a necessidade urgente de atualizá-los.

Não se pode na atual cenário histórico de uma sociedade da informação se tornar indiferente aos os debates e controvérsias que se tornam uma “normalidade” no ambiente virtual, especialmente em momentos de crise. Como crises são igualmente momentos de oportunidade, as ciências sócias enquanto “consciência crítica da sociedade” não pode sair incólume desse evento. Trata-se do primeiro fenômeno político que é amplamente debatido nas redes sociais; anulou-se por algum momento a reprodução de futilidades e mensagens privadas para politização de mídias sociais como o facebook que, de repente, tornou-se uma ágora digital, onde ideias eram debatidas, propostas elaboradas, mobilizações marcadas e cidadãos comuns e

intelectuais estabeleceram incomum interlocução no plano do debate e da construção coletiva do conhecimento. É um fenômeno cujo desdobramento ainda estará por ser avaliado em termos de seu impacto na socialização e produção do conhecimento. Deixo aqui, portanto, uma sugestão para que as ciências sociais aproveitem o momento e atualizem suas ferramentas metodológicas para apreensão dos fenômenos que se realizam na e a partir da rede. As redes sociais não são simples meios de comunicação e seus usuários, longe de receberem passivamente conteúdos prontos como nos meios tradicionais de comunicação, na rede são sujeitos de criação e cooperação de conteúdos. Nesse sentido, as redes são plataformas políticas de reconstrução da realidade e não podem ser desprezadas.

Dos vinte centavos ao novo ciclo de conquistas e lutas democráticas: A multidão entra em cena.

Diretamente não vou me deter nas questões propriamente partidárias e na luta política e midiática que envolve o sentido das manifestações e a tentativa de se capitalizar eleitoralmente com o redirecionamento das pautas e razões de protesto. Seria um exercício para outro texto, contudo, devo registrar que será inevitável não me posicionar sobre medidas e ações governamentais, afinal, as atuais manifestações inscrevem-se como resultados diretos e indiretos das políticas nacionais concebidas e operadas na última década.

Para sermos objetivos vale a afirmação direta de que as manifestações que mobilizaram mais 1 milhão de pessoas no Brasil, compreendendo 19 capitais e mais 100 cidades brasileiras¹ é um indicativo de que outras mudanças estão por vir - dada a envergadura do fenômeno -, seja de atualização dos quadros conceituais de se pensar a relação entre sociedade e política, seja a modificação práticas tradicionais de mobilizar e engajar indivíduos em causas políticas.

Não seria incorreto afirmar a “primavera” brasileira – como alguns denominam - de junho de 2013 se inscreve na história brasileira como um verdadeiro evento, apesar do fenômeno não ter ainda vigência histórica. Evento aqui significa um temporalidade histórica onde o “nomear e coisa nomeada nascem ao mesmo tempo. Ambos são chamados a existir: nesse sentido, o nome e nome comum constituem um evento”². Com isto quero dizer que a deflagração dessas mobilizações e levantes coletivos se apresentam não como repetição de “velhas novidades” - embora certamente haja elementos em comuns com eventos precedentes- ,

¹Ver: <http://espacoacademico.wordpress.com/2013/06/25/a-respeito-das-manifestacoes-ocorridas-no-brasil-movimentos-sociais-basados-em-rede-ou-o-que-diz-a-voz-do-povo/> Acessado em 01.07.2013.

² Ver (p.39) Kairós, prolegômenos do nome comum. In: Kairós, Alma vênus, Multidão. Antonio Negri.

mas como “situação”³ em que passado e presente friccionam-se intensamente gerando uma inflexão histórica onde o novo se insere, e o ‘velho’ e o velho redefine-se, engendrando um experimento histórico singular, uma temporalidade incrementada violentamente pela práxis coletiva, pela multidão enquanto agente constituinte.

Nesse sentido, o momento em que se efetiva a luta por inviabilizar o aumento de alguns centavos na tarifa do transporte coletivo é o momento em que a “flecha” foi lançada sobre o porvir, situação de inovação histórica aberta a experimentação.

Nessa perspectiva “os 20 centavos” foi o estopim de uma dinâmica e de um sentimento que ultrapassa as ações (sem desmerece-las) do MPL⁴, escapam e que não podem ser reduzidas a simples manifestações de “massa” com pautas difusas, sem objetivos políticos determinados geralmente associada ao “combate contra a corrupção” e contra “tudo o que está aí “. É necessário ir além, qualificar esse simplismo; até para não ceder espaço para redirecionamentos conservadores das manifestações como a captura dessa força constituinte para defesa de grupos políticos, econômicos e o ataque irracional ao Estado, suas conquistas (modestas) e a democracia (de baixa intensidade).

Antes de situar o “contra tudo o que está aí” vale registrar que suas implicações políticas já são vitoriosas para coletividades sociais. Na última semana proliferou-se no ambiente não apenas no ambiente virtual debates, mesas redondas, seminários que tentam apanhar as mudanças em curso e , inclusive, aproveitam a oportunidade para igualmente oxigenar as ideias, teorias e conceitos.

Entre as imediatas mudanças está o recuo da mídia hegemônica em definir uma interpretação única para o evento, tornando-se inclusive algo de manifestações mobilizadas na rede contra suas organizações. Não podemos deixar de registrar que pela primeira a Presidente Dilma foi obrigada a se posicionar nacionalmente de maneira imediata diante do dos anseios da multidão. A resposta do Governo foi a elaboração de um “ pacto” para equacionar a crise institucional que afeta as instituições carentes de democracia; no congresso houve engavetamento imediato de algumas PEC’S; o judiciário tratou de encaminhar para cadeia um político do PMDB; em São Paulo Haddad anunciou o cancelamento de licitação bilionária

³ Ver Globalização: notas sobre um debate. Renato Ortiz. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n. 1, p. 231-254, jan./abr. 2009. Nesse artigo Ortiz faz utilização da noção de situação extraída da fenomenologia para entender o momento de mundialização, e aqui tomo a noção apenas indicar um momento de intensa transformação e experimentação histórica.

⁴ Movimento Passe Livre. Movimento existe desde a primeira metade da década passada que se debate, se organiza e realiza mobilizações tendo no horizonte o objetivo do Passe livre. Para mais informações acessar <http://tarifazero.org/mpl/>, <http://saopaulo.mpl.org.br/>,

relativa ao transporte público; Tarso genro no rio grande do sul feita anunciou a efetivação do passe livre estudantil a ser feita imediatamente; em Manaus o prefeito Arthur Virgílio Neto , anunciou que irá reformar três terminais e plataformas de ônibus, além da queda geral das tarifas em todo território nacional para ficarmos nesses exemplos . Tais anúncios são expressão da força da multidão em pressionar o Estado, os poderes estabelecidos e acelerar decisões políticas que deveriam ocorrer em outra temporalidade.

Cada um dessas conquistas foi resultado direto ou indireto das forças sociais plurais que estão a operar nas ruas da nação de norte a sul na forma de manifestações, protestos e insurgências. Tais conquistas são a expressão das resistências e lutas travadas dia após dia no sentido de marca posição, pressionar políticos, afirmar um poder alternativo.

O que permitiu essas decisões políticas em conjunto, numa mesma temporalidade histórica? Essa resposta nos permite avançar na explicação da recusa generalizada da multidão contra o *status quo* e na sua afirmação enquanto agente de democratização.

As condições “internas” e “externas” da emergência da expressão constituinte.

Vamos aqui pontuar algumas variáveis que vão nos ajudar na explicação do evento, considerado não como um fragmento de levante espontâneo da sociedade nacional, mas como um nexo de mobilização coletiva que se articula a uma totalidade interdependente. Nesse sentido nossa argumentação estará assente em variáveis da dinâmica interna do país e elementos da dinâmica externa que envolve a própria dinâmica do capitalismo mundial.

As manifestações, lutas e resistências emergiram nos EUA e Europa em um contexto de crise econômica e financeira que levou esses países, que já se encontravam em endividamento crescente, a uma depressão econômica que rapidamente atingiu os níveis de emprego, renda, acentuando as desigualdades e criando "novas" pobres. O cenário é de crise fiscal dos Estados, contenção de créditos e investimentos juntamente com o dismantelamento do Estado de bem-estar social.

No Brasil, ao contrário, as manifestações acontecem em um país que até então representava o polo dinâmico do capitalismo mundial, resistindo com certa segurança juntamente com os outros componentes do BRIC`S aos efeitos da crise mundial. As manifestações diferem, portanto, espacial e temporalmente, mas se realizam enquanto parte de um mesmo movimento; da dinâmica do capitalismo global, "desigual e combinado".

Se na Europa a "indignação" e os respectivos levantes irromperam num cenário de crise econômica e emergência de "novos pobres", expressos especialmente nas classes médias que vem suas condições de vida se deteriorarem, no Brasil, ao contrário, as manifestações (pontuais apenas no início) deflagraram-se em um cenário ainda equilibrado do ponto de vista econômico, após um período de mais ou menos uma década onde se consolidou a "Nova" classe média fruto de determinações externas e internas: as externas relacionadas a um dinamismo exportador assente sobretudo nas commodities direcionadas em boa medida para China; as internas referem-se ao crescimento do mercado interno, a chegada de um patamar de "pleno emprego" – com geração de cerca de 20 milhões de empregos na última década - e a um conjunto de políticas governamentais como bolsa família, políticas de crédito que possibilitaram uma modesta redistribuição de renda e uma, diminuição substancial da pobreza que alterou a pirâmide social brasileira.

As conquistas “nacionais”, contudo, criaram como efeito direto e indireto de suas políticas públicas e sua opção “desenvolvimentista” as condições objetivas e subjetivas para o irromper da catarse política expressa nas manifestações e revoltas urbanas.

Como já insinuei anteriormente, os dois primeiros governos do PT foram marcados pelos bons ventos externos, por uma dinâmica favorável do processo de globalização da economia aliado as manobras política de Lula que conseguiu realizar reformas não desprezíveis, contudo, ao final do segundo e no interior do terceiro mandato, instala-se desestabilizações negativas relativas as injunções da economia global somadas a uma mobilização política - “despertar” - da Classe média tradicional, nova classe trabalhadora e de uma geração (“facebook”) , em um contexto de insatisfação generalizada com a política tradicional e com medidas que acentuam a sensação de deterioração da qualidade de vida expressa na experiência de uso dos serviços públicos - no interior do “inferno urbano” - oferecidos pelo Estado.

Classe média tradicional e os “filhos” do Lulismo

O “despertar” pode ser caracterizado, de um lado, pela ampliação da insatisfação da classe média com as políticas do governos que fizeram com que fosse a maior prejudicada na última década e, de outro, vincula-se aos “filhos” do “lulismo”, isto é, a uma geração inteira beneficiado pelas políticas de inclusão do governo.

Essas duas variáveis são resultado de uma mesma dinâmica analisada por Andre Singer (2012) quando estudo os “sentidos do lulismo”. O lulismo é caracterizado segundo Singer como:

o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio de programas cujos pontos principais foram delineados entre 2003-2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se concentra no Norte e Nordeste do País, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre desse realinhamento o antilulismo que concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT (SINGER, 2012:15).

Mobilizando imediatamente essas condições para o atual conjuntura temos, a) um cenário onde não ocorre uma confrontação direta com “os interesses do capital” o que acentua a crítica por parte da esquerda mais radical, b) uma acentuação da negação da classe média tradicional pelo PT, além da insatisfação generalizada com a política amplamente fomentada pela mídia para a qual nada que “esta aí presta” e c) os “filhos” do lulismo – mais informados, educados, mobilizados - cuja experiência política se realiza tendo o PT com mais de 10 anos de poder, acreditam que podem “mais” diante de um cenário onde encontram poucos canais de reconhecimento e expressão política. Esses são alguns ingredientes para um caldo de sentimentos que potencializou a as manifestações.

Soma-se isso outro elemento. O PT na sua militância com os movimento sociais realizou muitas lutas, negociações e conquistas (como a redemocratização e indiretamente a constituinte), mas agora enquanto poder instituído esbaram nos limites da legalidade, nos marcos de ação e negociação previamente estabelecidos. Institucionalizou-se o PT e muitos outros movimentos sociais – a exemplo dos estudantis - ocorrendo incorporação massiva deles em um multiplicidade de conselhos criados nos últimos anos. A burocracia tornou-se um peso significativo, a relação com os novos movimentos sociais se mostrou rarefeita. Suas dificuldades em lidar com as manifestações atuais revelam um pouco dessas dimensões, obrigando o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad a admitir as limitações para entendimento desse momento e propor uma nova pedagogia entre Estado e sociedade, baseada em uma aprendizagem construída no calor do movimento.

Quanto a este ponto Pochmann (2012) contribui, quando constata que “a interpretação de classe média (nova) resulta” “ no apelo à reorientação das políticas públicas para a perspectiva fundamentalmente mercantil” descuidando da politização “classista” desses novos segmentos que emergem. Atribuí a “despolitização” desses segmentos ao:

despreparo de instituições democráticas atualmente existentes para envolver e canalizar ações de interesses para a classe trabalhadora ampliada. Isto é, o escasso papel estratégico e renovado do sindicalismo, das associações estudantis e de bairros, das comunidades de base, dos partidos políticos, entre outros (POCHMANN, 2012:11)

Esse último argumento serve como ponte para elucidar as outras variáveis da luta contra “tudo o que esta aí” nas atuais resistências⁵ urbanas. Serve para elucidar da seguinte forma, se não houve uma politização no sentido “classista” houve certamente uma mobilização produtiva “desde baixo”, isto é, ocorre que o “segmento” expresso sobretudo pelas novas gerações, não quer ser apenas “objeto” de políticas públicas, não quer só aumento de renda e educação. O povo quer converte-se em multidão, quer se sentir partícipe da mudança, quer reconstruir por baixo outra democracia possível! É Essa participação ativa na mudança que atualiza as instituições retirando-as do engessamento e modificando as formas de pensar e fazer política. Como diria Bruno Cava, a composição social surgida no âmbito do lulismo não fica assistindo tudo parada, apenas consumindo (tese catastrófica). É mais do que isso, é reinvenção de subjetividades, é resistência classista, é poder instituinte, que antropofagiza as políticas verticais e as converte criativamente, potencializando novas formas de resistir e existir.

É esse movimento constituinte e antropofágico que se desagua nas ruas de maneira horizontal, plural, ambivalente, que no embate com o poder constituído permite insurreição de consciências, momento de politização sobre os problemas nacionais.

Não! sem essa de que eles são apenas “massa”, objeto de manobra, são sobretudo multidão de singularidades que se reinventam no calor das lutas, que reorientam energias e ideias para construção do comum! O movimento é também movimento de subjetividades; não se resume a contestar alguns centavos de aumento mas representa um sintoma da insatisfação geracional com o modelo de política e de desenvolvimento realizado pelo Brasil (e pelo Mundo) nas últimas décadas neoliberais. Sim, está em causa os sentidos e ambivalências do Lulismo, depois de alimentado, o povo converte-se em multidão e torna-se sujeito, ele quer mais! Em boa parte surgida no âmbito do governo do PT, a “nova classe média” que ao contrário do que alguns

⁵ A noção de resistência é aqui tomada como qualidade específica de um tipo de luta, corresponde a um momento fundamental daquilo que Negri (2003) denomina de Antipoder, composto por resistência, insurgência e poder constituinte. A resistência possui o objetivo de desestruturar o poder constituído, o *velho* poder pavimentando o caminho para consolidação das insurgências e instauração de poderes alternativos. Resistir significa (p207) “alargar na resistência as redes saber e do agir ‘comuns’, contra a privatização do comando e da riqueza. Significa romper as linhas duras da exploração e da exclusão”.

analistas pensam (classe despolitizada e consumista) é também classe subjetivamente crítica e criativa; que uma hora cessa de aguentar porretes e exploração e mobiliza-se, como diria Bruno Cava¹, como força viva e produtiva de outro mundo

“Inferno Urbano”, Déficit democrático e “Neodesenvolvimentismo”

Outros componentes para lançar luz a crítica implacável a “tudo que esta aí” vincula-se a recusa da política tradicional e a deterioração da qualidade de vida no ambiente urbano respectivamente relacionados, de um lado, ao déficit democrático do atual sistema político expresso na “crise de representação” e, de outro, as políticas urbanas; parte das políticas de desenvolvimento nacional e momento lógico da globalização neoliberal que privatiza as cidade, as converte em mercadoria e aniquila os espaços públicos.

Dentre alguns argumentos que sustentam a afirmação acima destacamos Chauí⁶ que inscreve as atuais manifestações como resposta a reprodução no “inferno urbano” das grandes metrópoles caracterizadas por a) uma mobilidade urbana que privilegia o uso do automóvel individual em detrimento do transporte coletivo, b) Explosão imobiliária com os grandes condomínios shoppings centers, c) o aumento da exclusão social e da desigualdade com a expulsão dos moradores das regiões favorecidas pelas grandes especulações imobiliárias e o consequente aumento das periferias carentes e de sua crescente distância com relação aos locais de trabalho, educação e serviços de saúde, d) o transporte coletivo indecente, indigno e mortífero. Resumi afirmando que “definidas e orientadas pelos imperativos dos interesses privados, as montadoras de veículos, empreiteiras da construção civil e empresas de transporte coletivo dominam a cidade sem assumir qualquer responsabilidade pública, impondo o que chamo de inferno urbano”.

Emir Sader⁷, um teórico do governo Lula atribui a situação dos levantes como relacionadas a duas fragilidades do governo ; as condições de vida juventude e a ausências de mecanismos que dialoguem com eles e a não democratização dos meios de comunicação, este último ponto segundo o autor permitiu a grande mídia fazer “tabula rasa” das conquistas do PT e o apresentam como personificação da má política, corrupção, o que termina em uma desqualificação da política em todos os sentidos.

⁶ Ver <http://www.viomundo.com.br/denuncias/marilena-chaui-o-inferno-urbano-e-a-politica-do-favor-clientela-tutela-e-cooptacao.html> Acessado em 27.06.13

⁷ Ver <http://www.viomundo.com.br/politica/emir-sader.html> Acessado em 26.07.2013

Rudá Ricci⁸ acredita que as manifestações representam uma reação a todos os governos e partidos, destacando que “Os partidos revelam exaustão como estruturas de representação e não estão inseridos no cotidiano dos cidadãos. São estruturas do século XIX, afinal”. No mesmo sentido Estevão bosco crê que as manifestações indicam entre outras coisas um repúdio ao partido político pelo fato de que, na disputa pelo poder estatal, ele tem concentrado o poder.” Repudiou-se o partido em nome de mais democracia, por uma descentralização do poder.”⁹ Simplesmente todas as análises vão nessa direção da crise de representação, traduzido entre outras coisas na percepção de indiferenciação entre os partidos, tidos como “farinha do mesmo saco”, Boff, por exemplo, pondera que “ninguém se sente representado pelos poderes constituídos que geraram um mundo político palaciano, de costas para o povo ou manipulando diretamente os cidadãos.”¹⁰

Como bem destaca Alexandre Nascimento, o que “está nítido nesse levante da sociedade contra os poderes constituídos, que a democracia representativa é a corrupção da democracia¹¹. São constatações que registram uma visão degenerada da democracia, das instituições políticas que monopolizam o poder e do sistema política como um todo, percepção acentuada pelo fato de que no último governo intensificou-se a tão comentada política de “governabilidade” exercida através concessões e alianças políticas com intuito de que forjar um “consenso democrático” entre governo e oposição e, com isso continuar com o “reformismo fraco”.

Por fim, vale registrar aqui a afirmação de Alexandre Mendes salientando que “O consenso que havia se formado a partir da dinâmica dos megaeventos, do neodesenvolvimentismo economicista, do projeto único de governo definido “de cima para baixo”, implodiu. O Brasil Maior se estilhaçou em inúmeros fragmentos lançados para todas as direções”¹². Mendes insinua com isso, pois, que o atual ciclo de lutas desmanchou consenso em torno de um projeto de Nação ancorado em um desenvolvimento que tem nos últimos anos privilegiado grandes corporações, bancos, empresas e obras em detrimento do “Brasil menor”

⁸ Ver <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521413-a-disputa-politica-esta-nas-ruas-entrevista-especial-com-ruda-ricci> Acessado em 27.06.2013

⁹ Ver <http://perspectivacosmopolita.blogspot.com.br/2013/07/partidos-de-todo-o-mundo-uni-vos.html>

¹⁰ Ver “As multidões nas ruas: como interpretar?” Leonardo Boff in: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/521507-as-multidoes-nas-ruas-como-interpretar> Acessado em Sábado, 29 de junho de 2013.

¹¹ Ver <http://www.revistaglobalbrasil.com.br/?p=1521> Somos vândalos e vândalos. Alexandre do Nascimento “Estamos presenciando um levante e não dias de festa. Toda manifestação, mesmo que “pacífica” expressa descontentamento e, por isso é violenta, mesmo que não se expresse em confrontos físicos, destruições e pessoas feridas. Estamos num levante, numa rebelião. Somos vândalos e vândalas pela democracia, pela reinvenção das instituições e criação de instituições comuns.”

¹² Ver <http://uninomade.net/tenda/a-atualidade-de-uma-democracia-das-mobilizacoes-e-do-comum/> 26.06.2013 Por Alexandre mendes acessado em 28.06.2013.

caracterizado pelas demandas sociais e culturais dos grupos, coletivos e minorias que habitam um modelo urbano definido segundo Stedile¹³ – na esteira das análises de Maricato – pela mercantilização dos espaços públicos, especulação imobiliária e expropriação dos bens comuns. Por fim, Mendes assinala que o ciclo de lutas coloca em evidência a centralidade do direito à cidade. Estamos vivendo a primeira greve geral metropolitana, novas lutas em torno da dignidade da vida urbana”.

É, está em causa o próprio modelo de desenvolvimento (mundialmente desigual e combinado) responsável pela emergência da “nova” classe média e da “geração facebook”. São os ventos nacionais “desde baixo” reinventando as lutas democráticas em um contexto de falência da política tradicional e da própria democracia em âmbito mundial, mas ao mesmo tempo irrompe no cenário a afirmação de uma “outra política”, uma política que é política da multidão entendida “poder constituinte”; poder em movimento, aberto, inacabado, infinitamente poderoso e expansivo, que não se deixa capturar pelo constitucionalismo, que se esquiva das cooptações institucionalizantes, que foge das medidas castradoras, despreza os comandos da hierarquia e, por fim, aniquila mediante a cooperação os bloqueios e constrangimentos que ousam anular a liberdade e fazer dessa anulação privilégio de poucos. Eis a força da democracia em movimento, restituindo valor da luta política , reinventando-a na prática.

Este é o cenário político e econômico em que a multidão indignada “contra tudo o que esta aí” tomou de assalto às ruas e inaugurou um novo ciclo na história da democracia e das lutas políticas do país, configurando-se igualmente em nova etapa na busca de “liberação política e emancipação econômica”.

Nesse sentido, os protestos não expressam apenas a negação do sistema política e da política tradicional com seus agentes, ela é em si a afirmação de uma “outra política” de uma “política de resistência”, que se realiza a partir da multidão de singularidades que se organizam e mobilizam a partir da articulação das redes e das ruas.

Levantes nacionais como elos de um ciclo de lutas e resistências globais

¹³ Ver <http://www.brasildefato.com.br/node/13339> O significado e as perspectivas das mobilizações de rua. Entrevista com João Pedro Estedile.

E aqui retomamos nosso argumento segundo o qual o espaço nacional revela-se apenas um elo do encadeamento global de redes de movimentos sociais¹⁴ que conectam suas aspirações e indignações contra a captura da democracia representativa pelo mercado; contra a falência teórica e prática da política tradicional (seus partidos, eleições e lideranças); contra a mercantilização da vida; contra a privatização dos bens públicos; contra o aumento e manutenção das contradições sociais expressos em desigualdades, pobreza, fome, injustiças de toda ordem; contra a destruição em massa do meio ambiente caracterizado pela poluição do ar, rios, oceanos, terras; contra as monoculturas de pensamento e produção que aniquilam pluralidades, diversidades e diferenças; contra todas formas de dominação, exploração e controle do trabalho e da vida que aniquilam os direitos humanos e reduzem a liberdade humana a uma condição miserável; contra as formas de produzir e consumir que atentam contra a saúde humana; contra um modelo de “desenvolvimento” urbano insustentável que prioriza a circulação e acumulação do capital em detrimento da saúde e liberdade humana.

Esses são os pontos que motivam e inspiram através de experiências coletivas de ação, a globalização contra-hegemônica, a globalização "desde baixo" em contraposição à a globalização “pelo alto”, perversa, neoliberal. É a globalização do comum face a globalização privada. É a globalização do poder biopolítico constituente contestando a globalização instituída do biopoder. É como se ao mesmo tempo que travássemos uma luta nacional estivéssemos em um confronto transnacional contra o capital, o mercado financeiro, a lógica da lucratividade. Nesse sentido não existe lutas que não sejam globais! Movimentos insurgentes de todo o mundo uni-vos!

Arriscaríamos a dizer que os levantes no Brasil são mais um episódio do novo “palco da história” de que falava Ianni (1996), momento de afirmação da sociedade da mundial ou “modernidade-mundo”. Evento surpreendente de ruptura teórica-epistemológica que abala os quadros mentais estabelecidos: subverte as categorias referidas no tempo-espaço do Estado-Nação; desloca o “o lugar da política” reinventando-a; redefine as soberanias e hegemonias tanto quanto a democracia.

Considerações preliminares

¹⁴ A natureza global desses movimentos, para além das especificidades culturais e históricas de cada país ou região é sugerida em “Occupy – movimentos de protesto que tomaram as ruas” onde se analisa levantes pelo globo como o ocorrido no norte da África contra ditadura (primavera árabe), contra a degradação das condições de vida geradas pela crise do capitalismo e as opções políticas para sua resolução (15M, Indignados etc..), contra o lucro bancos, corporações e o aumento das desigualdades (Occupy) e outros.

Diante desse evento que se inscreve como uma flecha no tempo da sociedade brasileiro e um momento do ciclo de lutas e resistências globais, uma inflexão histórica se realiza; atualiza-se os sentidos, lógicas e lutas que caracterizam o “lulismo”, este ganha novos conteúdos, incorpora novos dilemas, significando para o bem ou para o mal um novo ciclo de lutas sociais onde a dominação política e a apropriação econômica serão redefinidas. Espera-se que essa redefinição seja à esquerda, isto é, que seu sentido se direcione para a radicalização da democracia, igualdade, justiça e liberdade de ir e vir como direito incontornável para resistir e existir na cidade entendida como “produção do comum”.

Uma última palavra: a relação entre Estado e sociedade - na forma de multidão que resiste, participa, mobiliza e acumula experiência nas lutas – daqui em diante, entra em um novo ciclo, espera-se que se opere a partir de outras modalidades de negociação e participação, onde os desejos, necessidades e aspirações populares se conectam aos movimentos e decisões políticas do Estado.

REFERÊNCIAS

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

NEGRI, Antonio. **Kairós, Alma Venus, Multitudo**: nove lições ensinadas a mim mesmo. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

_____. **5 lições sobre Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

POCHMANN, Marcio. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do Lulismo**: Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

